

II SIMPOSIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA EN LA EDUCACIÓN

BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADORES RURAIS NA COMUNIDADE SÃO DOMINGOS EM BURITI DOS LOPES- PI.

Maria Daguia Rodrigues Carreiro
E-mail: daguiacarreiro@hotmail.com
Maria Selma Pereira da Silva
e-mail: mariaselmapsilva@hotmail.com
Neide dos Santos Sousa Costa
e-mail: neidecosta62@hotmail.com
Universidad Tecnológica Intercontinental

RESUMO: Este artigo teve motivação as experiências como supervisora em turmas de alfabetização de Jovens e Adultos. A pesquisa apresenta o problema quais os benefícios do Programa de Educação Profissional para trabalhadores rurais na comunidade São Domingos em Buriti dos Lopes-PI? No objetivo Geral buscou-se verificar os benefícios do Programa de Educação Profissional para trabalhadores rurais na comunidade São Domingos em Buriti dos Lopes-PI. Apresentam-se os seguintes objetivos específicos: Identificar os benefícios sociais, educacionais e econômicos do Programa de Educação Profissional para trabalhadores rurais na comunidade São Domingos em Buriti dos Lopes-PI. A pesquisa delineada de campo e bibliográfica, não experimental e classificada com nível descritivo. Como resultados a pesquisa mostrou que a desigualdade social brasileira continua muito forte, mesmo com todos os programas sociais implantados durante a última década, beneficiando a área rural, que ainda é preciso avançar na condução de políticas públicas para as pessoas do campo e bolsões de pobreza existentes, onde o alcance ainda é insipiente. As iniciativas ligadas à formação do indivíduo para convivência com o semiárido nordestino são escassas tanto para os sem terra como para assentados que não viu melhoria na qualidade de vida através dos estudos, nem sua vida econômica teve avanços significativos.

Palavras-chave: benefícios sociais; benefícios educacionais; benefícios econômicos.

Introdução

Nem sempre o trabalhador rural teve oportunidade de estudar, aprender a ler e escrever, principalmente de “botar” o nome, como eles costumam dizer. Essa oportunidade surgiu a partir da proposta do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, através de programas de alfabetização,

O programa tem como foco a formação, qualificação e capacitação de trabalhadores rurais, colaborando diretamente com os profissionais que atuam no setor de aprendizagem rural, a partir daí, poderiam compreender melhor o papel da alfabetização como um conhecimento básico, ao tempo em que os alunos beneficiados pelo programa possam usufruir dos conhecimentos adquiridos com uma perspectiva de futuro e melhoria da qualidade de vida através de uma educação que proporcione não só o conhecimento teórico, como também uma abordagem prática.

Este artigo é parte integrante da Dissertação de Mestrado e surgiu pela necessidade de verificar quais os benefícios que o Programa de Educação Profissional para trabalhadores rurais com ou sem escolaridade na comunidade São Domingos no município de Buriti dos Lopes-PI. O programa em epígrafe tinha como pressuposto alfabetizar os moradores da referida comunidade, a fim de deixá-los aptos a ler e escrever, interpretar pequenos textos, aprender também cálculos e com isso melhorar sua qualidade de vida, no entanto o programa teve dificuldades para sua implementação, tendo em vista que os alunos da faixa etária entre 50 e 70 anos não vinham apresentando interesse em assistir as aulas, com a alegação de que os conhecimentos da escola não iam servir para sua vida no campo.

Educação no Campo

A educação tem se constituído na última década como um instrumento relevante na sociedade brasileira e às vezes tem sido definida por concepções de educação que no processo histórico tem seguido caminhos de natureza cartesiana, pragmática, reprodutivista, crítica-reprodutivista, ou simplesmente crítica, libertadora, liberal, neoliberal, pós-moderna, enfim uma educação que se desenvolveu acompanhando a trajetória histórica e trouxe avanços à sociedade brasileira principalmente na área da pesquisa, responsável pelas inovações também para a zona rural.

No campo ou nas cidades houve uma revolução e uma inovação sem precedentes, o maquinário é mais moderno, o aumento da produção de grão no Brasil que hoje é campeão de produção em vários setores do agronegócio, os agrotóxicos mais eficientes no combate as

pragas, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala, através das pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA. Mas os que têm usufruído desses avanços são principalmente os grandes grupos de latifundiários, empresários nacionais e internacionais, banqueiros etc que detém o controle de terras em várias regiões do Brasil, impulsionando o agronegócio e as exportações.

É inegável o progresso e o desenvolvimento de cidades de pequeno e médio porte, onde habitam também os pequenos agricultores, que possuem lavouras de subsistência, e que também fazem parte dos programas destinados à agricultura familiar, esses pequenos produtores encontram dificuldades de crédito rural, tem que suportar as intempéries climáticas, no caso especial do nordeste brasileiro, a questão da seca que assola grande parte da região, dificultando assim o desenvolvimento.

BENEFÍCIOS PESSOAIS

A escola tem como objetivo primordial promover o desenvolvimento humano quando garante o acesso e a permanência das crianças e jovens e adultos. Entretanto não é esta a realidade no Brasil, pois as condições de vida de muitas pessoas estão tão caracterizadas pela pobreza que as pesquisas constantemente afirmam que a educação não é uma prioridade nos grupos sociais mais pobres. A prioridade para esses grupos é a sobrevivência. O escritor e economista César Benjamim refere-se a essa situação de miséria que corrompe principalmente a educação brasileira com o seguinte discurso:

“É um crime contra o Brasil. O maior patrimônio de um país é seu próprio povo, e o maior patrimônio de um povo é a sua cultura. A cultura lhe permite expressar melhor conceitos e sentimentos, conhecer bem a língua que fala reconhecer sua identidade, ampliar seu horizonte de direitos, aumentar sua capacidade de organização, comunicar-se melhor consigo e com outros povos, aprender novas técnicas, ter acesso ao que de melhor a humanidade produziu na ciência e na arte”
(Caros Amigos; Jan. 2005, p. 15).

A presença de pessoas de baixa renda no país é uma das principais causas do analfabetismo, pois ela é a alavanca que impulsiona o desinteresse pelo aprender. Mesmo com tantos programas de acesso a alfabetização de jovens, adultos e idosos, ainda existe uma parcela da população que continua pela necessidade do trabalho, sem frequentar a escola e não estudam para buscarem a sobrevivência não apenas sua, mas de toda a sua família.

Na zona rural as crianças são destinadas desde bem pequenas ao trabalho na roça, aos afazeres domésticos e a criação de seus irmãos menores. Quando se trabalha com

estudantes da zona rural, não importam de qual região deste imenso país, constantemente os trabalhadores rurais já de certa idade que expressam seus anseios educacionais com citações como esta: -.

“Já são muitos anos de trabalho na roça... tanto que já perdi as contas, e agora já velho, já cansado me sento sozinho! Gostaria de poder ter tido condições de conhecer outros mundos, outras culturas, outros ofícios... Na verdade eu gostaria de poder ter aprendido a ler um livro, coisa que hoje com a vista já gasta me vai ser mais difícil... Eu gostaria de saber como assinar o meu nome e não mais precisar sujar meu dedo com aquela bendita almofada de carimbo!”(Sr. José de Arimatéia, 78 anos, Sítio Avencas).

Diante de situações de apelo educacional como esta cabe uma reflexão, sobre a motivação gerada pela educação de jovens e adultos na autoestima de trabalhadores rurais de todo o Brasil, e lembrar que a motivação, bem como a afetividade, contribuem de forma efetiva para a construção do processo de ensino e aprendizado desde o início da vida educacional. A motivação atua de forma construtiva na aceleração do raciocínio e na necessidade do educando de expor seus conhecimentos e ideias.

A motivação age em efeito ambíguo a utilização da Pedagogia do Fracasso, levando o aluno a acreditar em seu potencial de execução e de construção do aprendizado. O educando que encontra em seu educador o mecanismo que impulsiona seu crescimento e o desenvolvimento de suas habilidades, despertando nele sua inteligência cognitiva, resulta efetivamente, e crescentemente dentro do processo de ensino-aprendizagem.

A Educação de Jovens e Adultos de acordo com o Parecer CEB 11/2000, apresentam, em razão dos novos princípios básicos, as seguintes principais funções: a função reparadora (ao reconhecer a igualdade humana de direitos e o acesso aos direitos civis, pela restauração de um direito negado);a função equalizadora (ao objetivar propor igualdade de oportunidades de acesso e permanência na escola) e a função qualificadora (ao viabilizar a atualização permanente de conhecimentos e aprendizagens contínuas).

Consta no Parecer CEB 11/200 e Resolução CNE/CEB 1/200, nas questões pertinentes as Diretrizes Curriculares Nacionais, os princípios na educação de jovens e adultos no Brasil, definidos da seguinte forma:

1. A educação como direito público subjetivo, compreendido como aquele pelo qual o titular de um direito (de qualquer faixa etária que não tenha tido acesso à escolaridade

obrigatória) pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação. Direito que podem ser acionados por qualquer cidadão, associações, entidades de classe e o Ministério Público (Parecer CEB 11/2000 e Art.5º da LDB/96)

2. Educação como direito de todos, através da universalização do ensino fundamental e médio. A Constituição Federal de 1988 expressa ser dever do Estado a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria(art.208) e a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio(Art.4º).

O acesso ao saber escolar é viabilizado pela oferta de cursos regulares presenciais e a distância e exames supletivos, feita por instituições de ensino públicas ou privadas credenciadas. Exige-se dos jovens e adultos serem maiores de 15 anos para conclusão do ensino fundamental e maiores de 18 anos para conclusão do ensino médio. O direito à realização de exame supletivo é extensivo às comunidades indígenas. (Art.37 e 38 – LDB796)

3. Educação permanente, que considere as necessidades e incentive as potencialidades do educando; promova a autonomia dos jovens e adultos, para que sejam sujeitos da aprendizagem; educação vinculada ao mundo do trabalho e as práticas sociais; projeto pedagógico com flexibilidade curricular e conteúdos curriculares pautados em três princípios: contextualização, reconhecimento de identidades pessoais e das diversidades coletivas (Parecer CEB 11/2000).

O educador, ciente das principais funções ao qual se propõe esta modalidade de ensino deve estabelecer como alcança-las de forma efetiva e satisfatória, para isso ele deve ponderar seus objetivos educacionais e preparar-se para acatar este novo desafio. Educar jovens e adultos não é uma tarefa fácil, e trabalhadores rurais tornam essa tarefa ainda mais árdua. São alunos que se encontram em idade avançada e que passam todo o dia trabalhando na lavoura, na roça ou na lida com animais.

São homens e mulheres que a noite estão cansados, e não apresentam mais aquele entusiasmo, contudo eles anseiam pelo despertar do saber. Recheados de vícios de linguagem, críticos de seus conhecimentos prévios, criadores de hipótese e formuladores de opinião são

um público no qual, os educadores devem estabelecer o resgate na esperança e da autoestima para o desenvolvimento do aprendiz.

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta é desvelar as possibilidades não importam os obstáculos, para a esperança, sem qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo. (FREIRE, Paulo: Pedagogia da Esperança; 13ª edição; Editora Paz e Terra, S.P.; 2006 p. 11).

O processo contínuo e construtivo de socialização do sujeito se dá também, em primeira instância, no máximo de interações sócio afetivas interdependentes, deste com o outro e com o meio – fator característico da primeira infância – na busca pela satisfação orgânica e psicológica, seguindo progressivamente em direção ao limite da individualidade e, conseqüentemente, da autonomia. Desse modo, a manifesta correspondência entre os aspectos afetivo e cognitivo, no tocante às respectivas evoluções, compete tornar explícito o papel da afetividade nos períodos do transcurso do desenvolvimento humano.

“...não o eu enquanto diferente dos outros eus e refratário à socialização, mas é o indivíduo se submetendo voluntariamente às normas de reciprocidade e de universalidade. Como tal, longe de estar à margem da sociedade, a personalidade constitui o produto mais refinado da socialização. Com efeito, é na medida em que o eu renuncia a si mesmo para inserir seu ponto de vista próprio entre os outros e se curva assim às regras da reciprocidade, que o indivíduo torna-se personalidade(...). (...) a personalidade consiste em tomar consciência desta relatividade da perspectiva individual e a coloca-la em relação com o conjunto das outras perspectivas possíveis: a personalidade é, pois uma coordenação da individualidade com o universal” (PIAGET, 1967, p.245 apud LA TAILLE, 1992, p.17).

Visto o exposto pode-se perceber a importância da motivação e da autoestima dentro do processo de aprendizagem do discente e a relação estabelecida entre a inteligência e o desenvolvimento de capacidades e habilidades, além disto, podemos facilmente analisar o amparo legal na fomentação desta motivação.

Então não se trata apenas de ministrar aulas para pessoas fora da faixa etária regular. Trata-se de estabelecer a cidadania e garantir os direitos destes discentes que buscam a libertação da assinatura com digitais e vislumbram a leitura, produção e a compreensão de um texto.

Os benefícios pessoais do Programa de Educação para trabalhadores com ou sem escolaridade, está ligado diretamente a qualidade vida das pessoas que vai desde o simples ato de abrir uma conta em banco até obtenção de crédito rural e aposentadoria, que vem beneficiando milhares de pessoas acima dos 60 anos, e são estas pessoas que estão fazendo diferença no campo, o exercício da cidadania, através de ações como registro de nascimento, casamento, carteira de identidade, título de leitor, CPF, são alguns dos benefícios e direitos que os trabalhadores já podem ter, principalmente por alguns se recusavam a tirar os documentos para não colocar a impressão digital, esperam o curso de alfabetização para assinar o nome nos documentos.

Essas conquistas vêm mudando nas áreas rurais do Brasil, qualquer trabalhador rural pode hoje obter certos benefícios que antes não podia, primeiro por se tratar de analfabeto, segundo porque o crédito rural existia apenas para os grandes latifundiários, e com o advento da reforma agrária que muito avançou nestes últimos anos, eles tiveram a oportunidade de se integrarem , através das associações, cooperativas para melhorarem seus rendimentos e investirem na terra.

BENEFÍCIOS SOCIAIS DO PROGRAMA

Os benefícios sociais do Programa Nacional de Aprendizagem Rural através do programa de alfabetização rural, possui outros programas que atendem ao produtor e ao morador de áreas rurais que fazem parte do Programa de Educação Rural para trabalhadores com e sem escolaridade, os pontos de apoio ao programa são todos voltados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas e que moram no campo.

A Geração de emprego, acesso aos programas específicos do **Programa** de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS, que tem como metas proporcionar aos alunos condições efetivas de emprego no Campo, como a fabricação de queijos, doces, suinocultura, caprinocultura, etc., e existe uma mudança cultural ocorrendo no campo. A valorização do aprendizado vem ganhando espaço no cenário rural. O produtor tem percebido que a adoção das tecnologias altera a produção, dá resultados e gera renda.

As tecnologias que geram retornos econômicos e sociais precisam ser difundidas no meio rural por profissionais qualificados. O trabalhador rural precisa saber utilizar

corretamente as tecnologias de produção, em todas as suas etapas, a fim de obter a produtividade esperada em todos os setores.

Levar oportunidades de qualificação para o produtor rural é uma tarefa que deve ser compartilhada por todas as instituições que têm compromisso com o desenvolvimento da agricultura. Por isso, o SENAR tem atuado de maneira conjunta com o agricultor a fim de promover diversos espaços de socialização do conhecimento. E esse é o ganho social das pessoas que vivem no Campo, em áreas antes deixadas de lado por diversos setores da sociedade urbana (SENAR, 2010)

Para os trabalhadores matriculados no Programa de Educação Profissional para trabalhadores rurais com ou sem escolaridade, o acesso a outros benefícios como por exemplo: Programa Viver Bem no Semiárido é também uma iniciativa do SENAR que tem como objetivo implantar modelos de convivência produtiva no semiárido, em propriedades rurais que estão em municípios que sofrem continuamente com a seca. A proposta é atuar de forma contínua e sistêmica, com ações que vão além da transferência de tecnologia e da educação profissional, como o incentivo e apoio ao associativismo e cooperativismo, ao fomento à produção de reserva estratégica de alimento, apoio ao crédito e ações de promoção social.

O desenvolvimento de ações da Formação Profissional Rural (FPR) e atividades da Promoção Social (PS) voltadas às pessoas do meio rural, contribuindo para sua profissionalização, sua integração na sociedade, melhoria da sua qualidade de vida e para pleno exercício da cidadania. Ele tem como objetivo organizar, administrar e executar, em todo o Estado, treinamentos e cursos para jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural. Desta maneira, visa formar cidadãos, por meio da transferência de conhecimento, capacitação e formação profissional, promovendo, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social.

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

Por meio da educação e profissionalização das pessoas do campo. É tirar o produtor rural da informalidade e do amadorismo, incentivando a profissionalização, o empreendedorismo, o associativismo e cooperativismo, promovendo a formação de cidadãos com cada vez mais conteúdo e poder de decisão. A meta é promover uma mudança de atitude e

consequentemente o fortalecimento do setor, tornando-o, cada vez mais, produtivo, eficiente, sustentável, lucrativo e independente.

A melhor condição de vida é o retrato de como os municípios que têm base econômica na produção primária conseguiram aumentar a renda nas últimas duas décadas. Estudo da Federação da Agricultura do Estado do Piauí (FETAG) mostra que 10 municípios brasileiros com agricultura desenvolvida tiveram evolução 38,2% maior no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — que une dados de saúde, educação e renda — de 1990 a 2010, quando comparados com as capitais dos Estados avaliados.

As características, o modo de funcionamento e as contribuições que a agricultura familiar (AF) pode dar ao desenvolvimento de um país geralmente é tema pouco conhecido, mesmo em universidades, nas instituições de pesquisa e extensão rural e nos governos. Dos muitos campos em que ela pode contribuir, vamos destacar o econômico, o sociocultural, o ambiental, o de segurança alimentar e o de segurança nacional, através da ocupação e defesa do território.

Pelo Censo 2010 do IBGE, a AF do Brasil conta com 4,368 dos 5,175 milhões de estabelecimentos, ocupa 12,32 dos 16,57 milhões de pessoas, responde por 54,37 dos 143,32 bilhões de reais do valor produzido (38%) e utiliza apenas 80,25 dos 329,94 milhões de ha de terras (24%). Agricultura Familiar toma cerca de 10% do crédito oficial e conta com terras qualitativamente marginais, dados estes que por si só impressionam, e muito. Ou seja, com menos e piores terras, a AF toma uma fração menor do crédito, ocupa uma proporção maior do pessoal e, mesmo assim, responde por uma fração maior do valor produzido.

O nível de renda das pessoas ocupadas é menor do que em outros modos de produção, e é verdade, mas não significa que não possa ser igualado, desde que em condições equiparadas. Mas no mundo do terceiro milênio é mais difícil, estratégico, importante e urgente alocar pessoal com intuito de distribuir renda, e com ela gerar consumo, do que expandir produção, que é mais fácil.

A AF contribui para regular e reduzir os preços dos alimentos e matérias-primas agropecuárias e, com isso, ajuda a controlar a inflação e aumentar a competitividade industrial, já que reduz o custo dos alimentos dos trabalhadores. Esta é uma das formas da AF transferir mais renda para as pessoas do campo e de outros setores de um país, mais do que

outros modos de produção. Isto se dá porque, na condição de gestor, trabalhador e proprietário do estabelecimento agrícola, a maioria dos agricultores familiares utiliza a remuneração mínima do seu trabalho e do seu patrimônio, para sua sobrevivência e da família.

A Agricultura Familiar transfere mais renda que outros modos de produção, ainda, através da doação de alimentos e ajuda financeira aos demais integrantes da “família estendida” (filhos, netos, irmãos, tios e outros) que atuam em outros setores da economia. Outra parcela da AF transfere renda através da hospedagem, em seu domicílio, para pessoas da “família estendida”, o que é mais frequente em regiões rurais de agricultura em tempo parcial, ou mesmo para trabalhadores urbanos que residem no estabelecimento rural, recebendo hospedagem, alimentação, roupa e mesmo os serviços pessoais. As políticas que melhoram a renda dos agricultores familiares o Programa Nacional de Fortalecimento do Agricultura Familiar (Pronaf), a previdência rural e os programas de assentamentos. Pelo levantamento, o contingente maior de famílias no meio rural é composto por 2,9 milhões (48,3%) de ocupados por conta própria, sendo que mais da metade vive no Nordeste. Nesta categoria, a renda média subiu de R\$ 540,00 para R\$ 599,00.

O programa Bolsa Família é apontado pelo sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Sérgio Schneider, como um dos fatores que contribuiu na melhoria da renda em lares chefiados por pequenos agricultores. “Embora esse programa de transferência de renda tenha sido desenhado para o combate à pobreza e à iniquidade social em todo país, nas áreas rurais seus impactos têm sido notáveis, pois é nessas localidades que se concentra parcela significativa das famílias em condição de indigência, entre as quais muitas são de pequenos agricultores”, argumenta Schneider (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

As políticas de transferência de renda provocam impacto entre as populações rurais. Em seu estudo, Schneider (MDA, 2005) faz referência à expansão do programa no período de 2003 a 2005. O número de beneficiários passa de 3,6 milhões para 8,7 milhões e os recursos sobem de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 6,5 bilhões.

“É possível afirmar que parte do aumento das rendas das famílias das áreas rurais brasileiras, sobretudo do Nordeste, tem a influência dos créditos do Bolsa Família”, (MDA. 2005).

Presente em 11,1 milhões de lares, o Bolsa Família é o principal programa do Fome Zero e neste ano terá investimento de R\$ 8,3 bilhões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Suas conclusões foram decisivas para desfazer a ideia de que pessoas adultas e idosas não podem aprender a ler e a escrever no país, tirando o Brasil da triste marca de país com altos índices de analfabetismo, pois esse autor constatou as enormes dificuldades e as condições precárias em que viviam os habitantes das áreas rurais do Brasil, tendo em vista a precariedade do sistema educacional Brasileiro na época em que essas pessoas saíram da escola por vários motivos, e que não puderam concluir seus estudos, para lutar pela sobrevivência através do trabalho na “roça”.

A desigualdade social brasileira continua muito forte, mesmo com todos os programas sociais implantados e implementados durante a última década, beneficiando a área rural, mas ainda é preciso avançar mais na condução das políticas públicas voltada para as pessoas do campo e para os bolsões de pobreza ainda existentes, onde o alcance das políticas ainda é insipiente.

Esse trabalho teve um caráter retrospectivo também e seria necessário outro estudo aprofundado para responder outras questões ligadas à formação do indivíduo para convivência com o semiárido nordestino. De qualquer forma, é possível imaginar que o cenário ideal para reverter às disparidades existentes no meio rural, incluiria tanto o crescimento econômico da região nordeste como a implementação de políticas diferenciadas, voltadas especificamente para as reivindicações do movimento dos sem terra, e dos assentamentos que ainda não possuem infraestrutura eficiente, com estradas para escoamento da produção, escolas, postos de saúde, transporte, reivindicações que datam décadas de abandono.

Ao longo dessa dissertação, tivemos a oportunidade de estudar mais profundamente ou mesmo ouvir mais os protagonistas desta pesquisa. Mesmo assim, a apresentação do contexto histórico e dos dados mais recentes não deixam dúvidas quanto à legitimidade do povo da área rural para, no mínimo, se discutir a adoção das políticas mais eficientes para a convivência com a seca.

É verdade que, de certa forma, elas são ações paliativas para as consequências, e que somente

poderá ser minimizada em um processo de crescimento econômico uniforme para todos os estados nordestinos, gerando emprego, renda e possibilidades maiores de investimento público, numa perspectiva distinta de política econômica, que priorize de fato a questão social, e principalmente a Educação do Campo, onde temos o maior contingente de analfabetos, e iniciativas como as deste Programa são louváveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo; CARVALHO FILHO, José Juliano de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. V. 24, n. 3, p. 36-53, set./dez., 1994.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha; AUBRÉE, Maria; CHONCHOL, Maria Edy Ferreira de. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. In: **São Paulo em Perspectiva**. V. 7, n. 3, p. 125-132, jul./set., 1993.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAPTISTA, F.O. "Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul". Trabalho apresentado no IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Chile, dez. de 1994, mimeo.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luís Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

CALDART, R. S. (Org.). (2010) **Caminhos para a transformação da Escola. Reflexões desde Práticas de Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão popular.

CAMARANO A.A., EL GUAOURI, S.K. *Idoso brasileiro: que dependência é essa?* In: Camarano (org.). *Muito Além dos 60: os Novos Idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, pp 281-306, 1999.

CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa.** Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. In: 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000 **Anais...**, CD-ROM.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo. Paz e Terra, 2011.

_____. A experiência do MOVA. SP/ Brasil. Ministério da Educação e Desporto. Instituto Paulo Freire; Organização de Moacir Gadotti. São Paulo, 1996.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil. 2006.

GERHARDT, Heinz-Peter. Uma voz europeia: Arqueologia de um pensamento. 2002. Em: <<http://www.ppbr.com/ipf/bio/europeia.html>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro.* Campinas, Unicamp/IE, 1999a (Coleção Pesquisas, n.1).

GRAZIANO DA SILVA, J; BALSADI, O.V.; BOLLIGER, F.P.; BORIN, M.R. e PARO M.R. "Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário". *São Paulo em Perspectiva.* São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.2, abr.-jun. 1996 p.60-72.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Políticas Econômicas: acompanhamento e análise.** Boletins IPEA, n. 18, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza.** Jornal. Publicação Especial do INCRA, ano 1, no. 2. Dezembro, 2010 (a).

_____. **Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil.** MDA/INCRA. Dezembro, 2010 (b).

MAFUF, Renato e MATTEI, Lauro. **Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural**. In: Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Renato Maluf, Lauro Mattei, Silvia.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Implantação de Projetos. Áreas Incorporadas aos Projetos de Reforma Agrária**. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, 2003.

MOLINA, Monica Castanga e JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação no Campo**. Brasília, DF Articulação Nacional Por uma Educação no Campo, 2004.

PEIXOTO, Clarice. “Aposentadoria: retorno ao trabalho e sociabilidade familiar”. In: PEIXOTO, Clarice (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PERES, Marcos A. C. **Velhice, trabalho e cidadania: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social**. Tese de doutorado, Faculdade de Educação da USP, 2007.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1983.

POLETTI, Ronaldo. **Constituições Brasileiras, 1934**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

ROMÃO, José Eustáquio & GADOTTI, Moacir, 2007. **Educação de adultos: cenários, perspectivas e formação de educadores**. Brasília: Liber/IPF.